

Psicologia em Pesquisa

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa>

A Cartografia na Compreensão da Complexidade do Trabalho Social com Famílias

Cartography in Understanding the Complexity of Social Work with Families

La Cartografía en la Comprensión de la Complejidad del Trabajo Social con Familias

Fabiana Medjon Fadul¹ & Roberta Carvalho Romagnoli²

¹ Psicóloga da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. *E-mail:* fabianafadul@hotmail.com *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-8530-6118>

² Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. *E-mail:* robertaroma@uol.com.br *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0003-3551-2535>

*Informações do Artigo:**Fabiana Meijon Fadul*fabianafadul@hotmail.com*Recebido em: 24/04/2023**Aceito em: 08/10/2023***RESUMO**

O presente artigo apresenta o processo de construção de uma cartografia que se dedicou a investigar os efeitos dos encontros de famílias com a política de assistência social. Discute aspectos dessa metodologia como uma importante ferramenta de compreensão da complexidade das relações sociais. Problematisa que para pesquisadores que também são operadores de seu campo de estudo existem tensionamentos próprios que atravessam a pesquisa e que podem ser utilizados como importantes dispositivos analíticos das instituições. Aborda entraves e possibilidades de pesquisa cartográfica no contexto da pandemia de covid 19.

PALAVRAS-CHAVE:

Cartografia; Metodologia; Análise da implicação; SUAS.

ABSTRACT

This article presents the process of building a cartography dedicated to investigating the effects of encounters between families contemplated by social assistance policy. It discusses aspects of this methodology as an important tool for understanding the complexity of social relations. It problematizes that, for researchers who are also operators in their field of study, there are tensions that cross the research and can be used as important analytical devices of the institutions. Finally, it addresses the obstacles and possibilities of cartographic research in the context of the COVID-19 pandemic.

KEYWORDS:

Cartography; Methodology; Implication analysis; SUAS.

RESUMEN

El presente artículo presenta el proceso de construcción de una cartografía que se dedicó a investigar los efectos de los encuentros de familias con la política de asistencia social. Discute aspectos de esta metodología como una herramienta importante para comprender la complejidad de las relaciones sociales. Problematisa que para los investigadores que también son operadores de su campo de estudio, existen tensiones que atraviesan la investigación y que pueden ser utilizadas como importantes dispositivos analíticos desde las instituciones. Aborda obstáculos y posibilidades de la investigación cartográfica en el contexto de la pandemia del Covid 19.

PALABRAS CLAVE:

Cartografía; Metodología; Análisis de implicación; SUAS.

A construção do conhecimento não é isenta e tampouco neutra, por mais que as tradições positivistas da ciência ainda insistam em afirmar esses pressupostos (Cardoso & Romagnoli, 2019). Entendemos que é preciso considerar que os elementos que compõem o campo de fenômenos da vida social se fazem em meio a emaranhados e a multiplicidades que se movimentam produzindo interseções, atravessamentos e transversalidades entre si. Assim, para as pesquisas que se propõem a investigar as relações sociais na contemporaneidade é necessário compreender que a realidade a qual se propõem a conhecer é complexa e multideterminada por uma série de fatores e correlações que o raciocínio simplificador dos métodos positivistas clássicos não seria capaz de apreender.

Uma das possibilidades de produzir conhecimento à altura do nosso tempo é o conceito de rizoma. Deleuze e Guattari (1996) nos convidam a pensar essa multiplicidade como uma rede, um rizoma. O rizoma é uma figura visual da botânica que representa um conjunto de raízes, que se entrelaçam e se interpenetram constituindo um sistema vivo.

Pensar a realidade como rizomática é pensar que a vida também é um conjunto heterogêneo de emaranhados, de linhas que se compõem e recompõem, se aproximam e se afastam sem início, meio ou fim, por onde flui a vida (Deleuze & Guattari, 1996). A partir desta referência de imagem de raciocínio, os autores nos instigam a compreender a realidade social sob uma perspectiva rizomática, onde há diversas linhas conviventes que se entrelaçam e produzem uma infinidade de configurações e desenhos possíveis.

Quanto ao rizoma, é nele que as diferentes espécies de linhas podem existir de forma imanente. À medida que as linhas se conectam, se cruzam, se interpõem, lutam, elas vão dando o tom, os contornos, os ritmos, as sensibilidades que se efetuam em uma configuração histórica, sempre em movimento (Cardoso, 2020, p. 27-28).

Usar essa chave conceitual para a compreensão das relações sociais é pensar que tal campo se produz por um emaranhado de complexidades que se entrecruzam, produzindo formas de se relacionar e de se subjetivar. Neste sentido, para compreender as relações sociais é necessário um método capaz de permitir mapear o campo de forças dos dispositivos, das linhas e dos extratos que se apresentam nestes encontros. O método cartográfico é uma forma de mapeá-los, tanto como metodologia de pesquisa, devido a sua natureza constitutivamente rizomática, mas também como forma de produzir modificações e antídotos na ação dos dispositivos (Prado & Teti, 2013).

Neste contexto, este artigo propõe discutir a cartografia como uma metodologia de pesquisa extremamente potente e consistente quanto aos seus pressupostos teóricos e rigor científico para compreender a complexidade das relações sociais em suas multideterminações. Assim, investiga o campo de efeitos tomando como substrato reflexivo o processo metodológico de pesquisa de doutorado nomeada “As famílias e suas vozes: o que querem as famílias da assistência social” (Fadul, 2022). Este estudo objetivou conhecer a complexidade do trabalho social com as famílias contempladas pela política de assistência social e, conseqüentemente, compreender o que se passa entre as relações das famílias com tais serviços.

O cotidiano do trabalho nessa política pública nos instigou a buscar compreender o que estaria sendo produzido no encontro das famílias com a Política de Assistência Social. Como se apresentam as forças que constituem esses encontros? As questões inicialmente aqui colocadas são de fundamental importância, visto que tanto a Política de Assistência Social quanto o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são recentes. E, ainda estão em construção, têm sido temáticas de diversas pesquisas acadêmicas.

Contudo, são poucas as pesquisas que dão ênfase efetiva à centralidade dos usuários e que se dedicam a compreender como as relações dessas famílias se estabelecem com as provisões da assistência social e quais efeitos acontecem nos processos de construção de subjetividades dessas famílias. Na busca pela compreensão e sustentação dos efeitos do encontro das famílias com a assistência social para compreender o que se produz, reproduz ou se antiproduz neles, fez-se necessária a escolha de um método capaz de permitir mapear o campo de forças dos dispositivos, das linhas e dos extratos que se apresenta nesses encontros. Quais seriam os dispositivos e como operariam no rizoma do trabalho social com famílias produzindo subjetividades? Quais diagramas de saber-poder desenham?

A Cartografia como Companheira de Percurso de Pesquisa

Ao escolher a cartografia como companheira de percurso, o olhar metodológico cartográfico requer do pesquisador a compreensão de que a realidade pesquisada se constitui como uma rede de relações e de campos de composição de forças que contêm linhas enrijecidas e linhas de fuga (Cardoso & Romagnoli, 2019). Essas linhas se justapõem produzindo efeitos e combinações das forças da vida. E como vida é composição de forças, o pesquisador cartógrafo também compõe a realidade rizomática que se propõe a pesquisar. Ele se apresenta como intensivo, como aquele que para compreender a realidade deixa que as forças passem por ele, mas sem, contudo, não sentir seus efeitos.

Portanto, a pesquisa é convocada nas dimensões de processualidade, de não isenção de pesquisador e de uma mudança nas suas práticas narrativas diante do seu contato com o mundo (Cardoso & Romagnoli, 2019). O pesquisador, assim, deve assumir posições políticas, uma vez que ele intervém no campo, não havendo neutralidade. Dessa forma, a sua implicação ganha contornos relevantes no método.

Escolher um campo de pesquisa e delimitar uma situação problema é sempre um ato de vontade política do pesquisador que possui estreita relação com sua história pessoal e profissional, que se emaranham. Segundo Romagnoli (2014), a análise da implicação é utilizada no Brasil tanto pela análise institucional inspirada em René Lourau, como pela esquizoanálise inspiradas em Deleuze e Guattari.

Lourau (2004) ao discutir o conceito de implicação afirma que “o observador já está implicado no campo de observação, sua intervenção modifica o objeto de estudo, transformando-o” (p. 82). A implicação, de acordo com o autor, não é um ato de vontade, mas uma questão constitutiva das instituições e, portanto, precisa ser analisada. Tem relação com os lugares que se ocupa, com os que se espera ocupar, e os que lhe são encarregados de ocupar.

A implicação se refere à não neutralidade, à compreensão de que as instituições nos atravessam e, ao fazerem esse movimento, nem o pesquisador, nem o campo de pesquisa saem ilesos aos efeitos.

Por outro lado, além de estarmos todos implicados, muitas das vezes, sobretudo no campo da assistência social, estamos também sobreimplicados. Santos (2019) afirma que a sobreimplicação se relacionaria a “um ponto cego na relação do sujeito com a instituição, um excesso que se apoia na implicação para produzir um além que não está, necessariamente, vinculado ao bem-estar daquele que produz o trabalho” (p. 74). Assim, a sobreimplicação se refere a uma rejeição em analisar as implicações, tendo em vista nosso envolvimento com o trabalho que realizamos.

Se implicado e sobreimplicado sempre se está, como os efeitos dos dispositivos institucionais de saber-poder atravessam os corpos? Sim, corpos no plural devido a multiplicidades de configurações e reconfigurações que um corpo pode assumir conforme os encontros e as afetações que lhe são produzidas. Falamos aqui de corpos físicos, institucionais e normativos atravessados por relações de poder que orbitam a política de assistência social e o trabalho social com famílias. Assim, Deleuze (2019), em interlocução com Espinosa, nos aponta que para saber o que pode um corpo é preciso compreender qual é a sua estrutura e como essa se coloca nas relações de poder.

Ao pensar sobre os lugares que ocupamos e de onde produzimos verdades articulamos com Penido (2015; 2020), que afirma que o pertencimento ao campo de estudo enquanto trabalhador é bem frequente nos alunos de cursos de pós-graduação. Essa pertença é pouco estudada no Brasil e não pode ser tratado como mera característica, mas sim deve ser compreendido como um importante analisador, como um elemento que denuncia as tensões presentes nas instituições.

A autora Penido (2020), ainda em concordância à ideia de René Lourau, afirma que considerar o trabalhador-pesquisador como um analisador institucional é considerá-lo como um “dispositivo que produz movimentos instituintes e faz falar algumas instituições, entre elas a própria ciência” (p. 387). O *praticien-chercheur* – ou em tradução livre adotada pela autora, trabalhador-pesquisador – não se refere “a especificidade de um profissional que faz uma pesquisa, mas se refere a um profissional atuante cuja prática de trabalho compõe seu objeto de pesquisa” (Penido, 2020, p. 381). As posições de trabalhador e de pesquisador não se alternam, mas sim atuam de forma imbricada.

Coimbra e Nascimento (2008) destacam que o movimento de observar o jogo de luz e sombra que as nossas práticas de saber/poder produzem é o de colocar em análise o lugar que ocupamos, o lugar do qual produzimos verdades e os efeitos gerados. Não há verdades absolutas e universais, apenas campo de efeitos, que são produzidos por uma infinidade de agenciamentos possíveis.

E, neste sentido, cabe então refletir acerca do posicionamento desta pesquisa e das pesquisadoras. Não sob uma perspectiva de explicitação autobiográfica, mas dando passagem à análise da implicação como um dispositivo metodológico importante. Inclusive, para marcar nossa não neutralidade e as instituições que nos atravessam e muitas vezes falam através de nós. Assim, a minha inserção no campo em análise, inicialmente circunstancial quanto à necessidade de um primeiro emprego, foi caminhando do mero acaso para uma identificação com a área, especialmente nos aspectos relativos à gestão dessa política.

Esse interesse esteve muito relacionado com as relações profissionais e seus efeitos que me levaram tanto a ocupar espaços de gestão, como a adentrar na vida acadêmica como docente e pesquisadora. Tais fatos demonstram e corroboram os pressupostos institucionalistas de que não é possível transitar em instituições de forma neutra. Muito cedo na minha trajetória

profissional na assistência social ocupei e contribuí em espaços de gestão dessa política, como técnica de gestão e como gestora. Em tais espaços, me interrogava sobre o que a psicologia tem a ver e como se compromete com os processos de gestão de uma política pública, área recente de atuação profissional e ainda pouco debatida academicamente.

Todos os lugares escolhidos para a composição do campo de pesquisa eram lugares conhecidos de alguma maneira ao longo da minha trajetória profissional e isso traz preocupações visto que não eram inéditos à minha percepção como pesquisadora. Segundo Penido (2020), a inserção do *praticien-chercheur* como profissional no campo é o que muitas vezes facilita a sua inserção social como pesquisador nesse mesmo campo. Contudo, a discussão sobre distanciamento e engajamento como objeto de pesquisa ganha força, não de forma polarizada como a positividade da ciência clássica doutrinária, mas sim em uma constante e pendular análise desses efeitos na pesquisa. É o engajamento do *praticien* que o permite escutar a pulsação das instituições, perceber zonas de sombra, efeitos perversos e aspectos simbólicos de interesse, ainda que não acessíveis em um primeiro olhar. Mas, é o distanciamento que o oportuniza olhar a paisagem “de fora da ilha”.

E o Caminho se Faz Mais Importante que o Chegar: Os Efeitos do Encontro da Pesquisadora com a Cartografia

Ao pensar construir uma pesquisa orientada metodologicamente pela cartografia, somos provocados a iniciá-la antes mesmo das primeiras inserções do pesquisador no campo de pesquisa propriamente dito. A experimentação cartográfica relatada aqui vivenciou exatamente a instabilidade desse campo de efeitos já em seu início.

Nos momentos de contato inicial com os pressupostos teóricos da cartografia, alguns sentimentos emergiram produzindo efeitos sobre nossos corpos de pesquisadoras. E na tentativa de compreendê-los, de ver e fazer nossos corpos vibrarem ante a eles, conforme

sugere Liberman e Lima (2015), buscamos organizá-los em quatro grandes campos de efeitos. Não necessariamente lineares, mas sim justapostos e espiralados que geraram e ainda geram profundas reflexões, e assim nomeamos esses campos de efeitos sobre nossos corpos de pesquisadoras como (a) encantamento, (b) desespero, (c) invenção, (d) experimentação.

O Encantamento

O contato inicial com os pressupostos da esquizoanálise foi diretamente ao encontro da necessidade de busca de uma chave conceitual capaz de auxiliar na compreensão da complexidade da vida, de suas relações macro e micropolíticas, e desses efeitos nas subjetividades presentes no campo de estudo. Como nos ensinam Deleuze e Guattari (1996), “o campo relacional, portanto, possui segmentações macro e micropolíticas, segmentações que produzem efeitos subjetivos, efeitos políticos, uma vez que toda subjetividade é política” (p.105).

Se toda subjetividade é política, compreender os circuitos e efeitos de sua produção seria um ponto importante dessa pesquisa. Pois, aplicar esse ensinamento ao campo de investigação sobre o trabalho social com famílias poderia ampliar a nossa compreensão sobre o mesmo. E, assim, encantadas por essas possibilidades teóricas, caminhamos para um maior aprofundamento teórico desses pressupostos.

O Desespero

O encantamento inicial logo foi tomado pelo desespero! A teoria esquizoanalítica possui tanto uma forma de estruturação epistemológica própria, calcada no pós-modernismo, como um linguajar teórico que mescla diversos campos de conhecimento. Ela produz, assim, uma escrita muito singular e por vezes difíceis de entender para os leitores não iniciados e apegados a lógicas positivistas de produção do conhecimento.

Isso ocorre porque é sua intenção epistemológica não se construir com base em raciocínios lineares, pois parte do entendimento que a vida não se reduz a uma única realidade ou a um único modelo (Deleuze & Guattari, 1995). Contudo, para o leitor desavisado, o contato inicial com a teoria pode parecer muito árido, principalmente se ele buscar uma chave lógica de construção de raciocínio linear para compreendê-la.

A esquizoanálise é epistemologicamente não linear e, como tal, convoca o interlocutor a um exercício analítico também não linear (Deleuze & Guattari, 1996). Assim, convoca um exercício analítico por imanência e não por reprodução de modelos. Igualmente, ainda que a proposta teórica e metodológica da esquizoanálise produzisse um efeito de conexão, a busca pela sua compreensão era desestabilizadora.

A cartografia, por pressuposto básico, parte da regra que não é possível antecipar o campo de pesquisa; você precisa entrar em contato com ele e, neste contato, neste encontro, a pesquisa se faz à medida que se atua. É no entre das relações que se estabelece que o conhecimento é produzido por ambas as partes (Kastrup & Passos, 2013; Rolnik, 2006; Romagnoli, 2009). De forma geral, esse pressuposto básico se mostrava convergente com nossas concepções sobre produção de conhecimento, sobre metodologias participativas; contudo, as linhas duras que habitam o corpo de pesquisador se abalavam à medida que se evoluía na compreensão do método.

E isso acontecia por quê? Somos treinados no raciocínio positivista e simplificador nas nossas formas de fazer ciências. E, mesmo trabalhando com metodologias de pesquisa qualitativas, próprias do campo das ciências sociais, ainda somos muito influenciados por essa mentalidade positivista (Minayo, 2014).

Capturadas pelas linhas duras da academia, percebemos que nosso segmento pesquisador era mais endurecido do que se imaginava e a cartografia o atacava. Visto que duvidávamos se conseguiríamos sustentar metodologicamente e pessoalmente a mudança que a cartografia provoca nas práticas de estar com: com a pesquisa, com o campo, com nós mesmas.

Entender e operar com as noções de corpo pesquisador, corpo afetação, linhas, estratos, segmentos e inventividade nos provocavam a deslocar de zonas de conforto epistemológico e questioná-las. Esse encontro gerava dois campos de efeitos: o primeiro de uma paralisia diante do novo e, o segundo, de um desejo pelo enfrentamento desse desafio.

A Invenção e a Experimentação

Provocadas a repensar e a buscar conexões com outras possibilidades de aplicação dessas construções metodológicas para a pesquisa, mas ainda buscando alguma segurança nas linhas duras, começamos a pesquisar por relatos de pesquisas que utilizavam a cartografia como metodologia e como essa de fato era trabalhada no delineamento dos projetos. Encontramos experiências no campo da saúde coletiva e da saúde mental, nas quais se debate muito os elementos macro e micropolíticos na produção do cuidado (Abrahão & Merhy, 2014; Abrahão et al., 2013; Merhy et al., 2017). O contato com essa bibliografia e com os instrumentos de pesquisa criados, apesar de não estarem diretamente associados à especificidade do nosso campo, foram produzindo conexões que nos deram mais segurança e nos auxiliaram a reconfigurar o nosso território metodológico de pesquisadoras.

Uma ferramenta metodológica interessante que localizemos nessas pesquisas foi a do usuário guia, que é muito utilizada nos estudos de saúde coletiva com a finalidade de compreender a produção de redes de cuidado em saúde, e tem como principais autores Merhy et al. (2017) e Abrahão et al. (2013). Suas origens remontam aos estudos no campo da história

social, com destaque para a pesquisa de Ermínia Silva sobre o nomadismo dos artistas circenses (Abrahão et al., 2013).

Na perspectiva dessa metodologia, o usuário-guia é aquele que possibilita o mapeamento das redes e dos pontos de conexão para a produção de cuidado. Visto que ele é o elemento orientador, possui características de um estudo de caso, mas se diferencia desse uma vez que se interessa mais pelo movimento de bricolagem que é produzido na relação e pelas transversalidades que atravessam as relações saber/poder na produção de cuidado (Abrahão & Merhy, 2014).

Utiliza-se como critério de escolha do usuário-guia a referência da própria equipe técnica envolvida, à medida que essa elege como guia aquele “caso grave” que a desafia na produção do cuidado. Posteriormente, há a etapa de identificação das fontes que dizem respeito ao usuário, como profissionais, gestores, cuidadores, familiares, dentre outros, caracterizando um conjunto de atores que estão relacionados ao usuário (Abrahão et al., 2013). E, assim, o percurso cartográfico segue seu caminho metodológico.

Contudo, como nos lembra Prado e Teti (2013), “existem tantas cartografias como realidades a serem cartografadas” (p. 1), inspirados na proposta do usuário guia da saúde coletiva, mas nos diferenciando dela, começamos a criar e a experimentar. Vale ressaltar o nosso objetivo central não foram as barreiras de cuidado, os entraves encontrados e sim os efeitos na produção de subjetividades dos encontros entre as famílias e os serviços da Assistência Social.

Como nos interessamos por esses efeitos, compreendemos que eles só podem ser percebidos pelos próprios usuários. Assim, a proposta metodológica parte do usuário como o elemento disparador do processo cartográfico, semelhante as práticas do campo das pesquisas em saúde coletiva Prado e Teti (2013). Mas, aquelas se diferem dessa à medida que não tem o

conjunto de serviços e atores como agentes produtores das informações, mas o usuário: a própria família.

Romagnoli (2019), ao analisar as (im)possibilidades de oportunizar a visibilidade aos usuários das políticas públicas, aponta que as pesquisas com famílias no campo da assistência social possuem diversos atravessamentos que dificultam o contato do pesquisador com a família. Desde aqueles associados ao seu funcionamento macropolítico, como mudanças na gestão pública, até aqueles micropolíticos associados ao excesso de proteção dos técnicos para com as famílias, medo de críticas, receio das próprias famílias em participar, dentre outros.

É evidente que essa intencionalidade metodológica apresentou desafios de execução prática no campo de pesquisa, tais como os apontados acima. Foi preciso perguntar como seria possível acessar diretamente as famílias esvaziando os atravessadores institucionais; iríamos para a porta dos serviços para abordá-las aleatoriamente? As famílias poderiam não aceitar falar? Se os serviços não nos indicassem as famílias, como seria a abordagem, com quais critérios de escolha?

Além disso, a execução da pesquisa foi atravessada pelas consequências da grave crise sanitária que se abateu no mundo a partir de 2019. A doença *Coronavirus Disease 2019* (COVID-19) causada pelo vírus SARS-CoV-2 se disseminou mundialmente, trazendo grandes desafios para o seu enfrentamento e reflexos em todas as áreas da vida, uma vez que as lógicas de socialização e convivência foram drasticamente alteradas.

Repentinamente, fomos catapultados para o isolamento social, o que trouxe e ainda traz novas configurações para o campo das relações sociais, que produziram e ainda produzem fortes efeitos na sociedade. Os efeitos da pandemia de COVID-19 que atravessam a pesquisa foram experimentados de maneira justaposta e por vezes caóticas no processo cartográfico.

No que se refere ao ambiente acadêmico, as aulas passaram a ser virtuais e os encontros entre os professores, os colegas, com os pares de vida no campus universitário deixaram de existir e isso trouxe consequências para a produção do conhecimento. A vivência da sala de aula presencial tem sua própria dinâmica de produção do conhecimento. Ela é não linear, as mentes em aprendizagem se interpenetram, se movimentam em um tempo e espaço de compartilhamento muito dinâmico. Com a pandemia, esse processo foi abruptamente interrompido e direcionado para o ambiente virtual. No ambiente virtual, a aprendizagem tem seu potencial, mas tem outra lógica, outros tempos e espaços que ainda estão sendo descobertos por todos nós.

Destaco ainda que, do meu lugar de fala, como mulher, branca, classe média, mãe, filha, pesquisadora, docente e trabalhadora da assistência social, em um contexto de esgarçamento das fronteiras entre o público e o domiciliar (sem retaguarda de outras instituições que mediam o cuidado familiar, tais como a escola), as inseguranças próprias da incerteza da doença nos círculos familiares, as tensões e responsabilidades do trabalho, as frustrações de um desenho de pesquisa que se inviabiliza pela pandemia, foi algo extremamente complexo nesse caminho. Boa parte do processo da pesquisa aconteceu no ambiente domiciliar, compartilhado com a família como algo intenso, e por vezes tão caótico que gerava grandes desestabilizações.

Não sem crítica, compreendo que a minha situação é de privilégio comparada a de outras mulheres. Mas, isso não impede de analisar aqui como os atravessadores da desigualdade de gênero no ambiente acadêmico também se amplificaram no contexto pandêmico.

Lemos, Barbosa e Monzato (2021), ao analisarem os efeitos do teletrabalho e *home office* nas relações do campo trabalho-família, destacam que, como as mulheres de classe A e B possuíam maior estabilidade empregatícia e maiores condições estruturais de acesso aos

ambientes virtuais de trabalho, elas foram mais impactadas pelos efeitos do *home office* abrupto provocado pela pandemia do que as mulheres de classe C, D e E. Ainda, “alertam para o aspecto de que a desigualdade na adoção do *home office* nas condições de pandemia reflete as desigualdades de gênero, classe e cor da pele” (p. 389). Entretanto, apesar da palavra pandemia se referir a um processo global, os efeitos da mesma não são semelhantes para todos.

Apesar de a palavra “pandemia” remeter a tudo e a todas/os, o processo que atravessamos revela e amplifica dinâmicas do capitalismo neoliberal e mostra sua faceta de desigualdades, especialmente em países como o Brasil, e em corpos marcados pela vulnerabilização social. No cenário brasileiro, a crise sanitária se soma à crise de governança, resultando num pandemônio que produz mais precariedades e violências (Moreira et al., 2020, p. 1).

A pandemia produziu também efeitos diretos no campo de análise da pesquisa e no âmbito das políticas públicas voltadas para famílias em situação de vulnerabilidade social. Assim, trazendo tanto alterações nas desproteções já historicamente vivenciadas, como a violência doméstica, precarização de renda e falta de acesso a bens e serviços públicos, como também novas desproteções. Não obstante, somam-se a conjuntura política, as instabilidades e as ameaças que a pesquisa acadêmica já vinha sofrendo no Brasil, em um cenário de capitalismo acadêmico e descrença institucional difundida pelo próprio governo e pela mídia (Souza, 2020).

Além disso, houve o desmonte e os retrocessos das políticas sociais advindas desde a Emenda Constitucional 95 (2016), que provoca o congelamento dos investimentos nessa área, bem como, e de sobremaneira, a forma como o Governo Bolsonaro gerenciou as ações de enfrentamento à pandemia, permeadas por narrativas negacionistas que ampliaram o caos

social. Portanto, a pandemia alterou drasticamente o campo de pesquisa e isso é um elemento importante que também precisou ser considerado.

Foram exatamente nesses desafios de pesquisa que encontramos as nossas possibilidades de invenção no campo da pesquisa cartográfica, foram nos “poréns” e “mas” do percurso cartográfico que fomos instigadas a realmente criar. Visto que, enquanto cartógrafas, também estamos sujeitas aos efeitos em nós mesmas no contato com o campo.

O Manejo Atencional do Cartógrafo: Um Dispositivo para Produzir Conhecimento

Ter a cartografia como companheira de pesquisa significa ter muito mais que uma referência teórico-metodológica. Conforme apontam Liberman e Lima (2015), “quem se lança a essa aventura é convidado a conectar-se com o pulsar da vida em seu corpo e com caminhos para os quais esse pulsar aponta” (p. 183). Neste artigo, um dos maiores desafios que relatamos foi experimentar a desestabilização que o encontro com outros corpos produziu sobre o nosso, subjetiva e academicamente.

Optamos por usar como referência guia do uso metodológico da cartografia a proposta de Kastrup (2009) de manejo da atenção cartográfica. A autora nos alerta que é preciso saber usar a atenção cartográfica de modo concentrado, mas não focalizado. Assim, destaca quatro momentos do uso da atenção pelo cartógrafo que devem ser observados: o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento. Falaremos brevemente sobre eles.

O momento atencional do rastreio deve ser experimentado com uma postura aberta e sem foco, que não busca um objeto em si, mas o surgimento imprevisível de um campo de sensações (Kastrup, 2009). À medida que se varre o campo em busca de signos de processualidade, algo se destaca de forma rápida como uma rugosidade, uma dobra em meio à homogeneidade, fazendo com que a atenção do cartógrafo toque um campo de sensações.

Esse toque pode possuir diversas intensidades e entradas, assim gerando na sequência o movimento de pouso atencional. Segundo Kastrup (2009), “. . . o gesto de pouso indica que a percepção, seja ela visual, auditiva ou outra, realiza uma parada e o campo se fecha, numa espécie de zoom” (p. 43). Ocorre, dessa forma, uma mudança na escala de atenção. E essa mudança na escala produz uma inquietação, um “querer saber o que acontece ali” que recalibra o funcionamento da atenção. E então é criado, por meio do reconhecimento atento, um território cartográfico.

Compreende-se esse território como algo que emerge do mundo que já existia ali, como uma possibilidade de invenção e assim a percepção vai operando por meio do acionamento de circuitos que são pontos de interseção entre a percepção e memória do cartógrafo. “A percepção então viaja, sobrevoa, muda de plano e velocidade produzindo assim os dados, atingindo o virtualmente dado fazendo aquela realidade, em e no ato, se apresentar” (Kastrup, 2009, p. 47). Do mesmo modo, a autora estabelece ainda que nesse manejo metodológico da atenção é preciso fazer uso de uma postura “política cognitiva” que ela nomeia como “. . . um tipo de atitude ou de relação encarnada, no sentido de que não é consciente, que se estabelece com o conhecimento, com o mundo e consigo mesmo” (p. 33-34).

E, neste sentido, fazendo uso dessas referências quanto aos momentos da atenção, buscamos manejá-los no campo de pesquisa para abrir e ampliar nossa sensibilidade cartográfica. Dessa forma, nos desprendendo de ideias preconcebidas, de convicções que possuíamos em relação ao campo uma vez que como *praticien-chercheur* esse cenário não nos era desconhecido.

Contudo, a pesquisa cartográfica é sempre um devir, algo que só acontece no ato, naquele ali e agora. E, buscando experienciar essa proposição que se atravessava pelo nosso engajamento e distanciamento com o campo, optamos por utilizar das ferramentas de manejo

da atenção como referências úteis para permitir experienciar esses espaços de forma diferente, mas jamais isenta, conforme proposto por Kastrup (2009).

Uma não isenção que inicialmente nos preocupou. Pois, as afetações produzidas no contato com o campo levaram a questionar se de fato estávamos conseguindo criar a porosidade necessária no nosso corpo-pesquisadoras. A tal ponto que fosse capaz de perceber outras frequências, outras nuances de movimentos e outros sons nesses espaços e nessas histórias tão familiares, mas também conscientes do fato que a máxima metodológica de que não existe separação entre sujeito e objeto de pesquisa era experimentada como algo visceral, pois éramos pertencentes a esse campo.

Exatamente por compor o objeto de pesquisa enquanto *praticien-chercheur* é que conhecíamos os sutis significados institucionais contidos em pequenos detalhes. Como as disposições das cadeiras em uma recepção, a posição dos guichês de atendimentos, o simbolismo oculto dos painéis de informação, o sentido das cores e dos cheiros de cada um dos equipamentos públicos, dentre outros signos de processualidade que só quem é visceralmente pertencente a instituição sabe reconhecer. Privilégio e maldição!

Esses detalhes se mostraram tão significativos que, durante os momentos iniciais da inserção no campo de pesquisa, esses espaços dos equipamentos se destacaram e nossa atenção cartográfica foi afetada. Havia algo ali que se destacava como heterogeneidade, como rugosidade. As recepções e os espaços dos equipamentos deixaram de ser apenas os lugares onde os participantes seriam convidados e passaram a se constituírem como fortes elementos de análise ao longo do processo cartográfico, de maneira que a vivência deles na pesquisa ganhou um outro sentido.

O uso da atenção cartográfica possibilitou que as reconfigurações que emergiram no campo de pesquisa fossem nomeadas como territórios cartográficos conforme apontado por Kastrup (2009). Os territórios cartográficos são as dimensões em que os dispositivos e os agenciamentos da pesquisa foram produzidos, assim representam a composição de um campo de efeitos da experimentação cartográfica em ato vivo. Eles foram sendo criados em resposta as desestabilizações que ter as famílias como guias e referencias produziram na pesquisa.

São estações de parada, momentos de inflexão do discurso, curvas nas trajetórias das linhas. Foram as bordas, as margens, os abismos que se configuraram no percurso realizado tendo as famílias como guias durante a pesquisa. Esses territórios cartográficos foram compostos de um dispositivo analítico metodológico que denominamos de “Trilhas Cartográficas”, essas construídas tomando como base o contato com as famílias nas entrevistas, nas observações participantes, nos registros do diário de bordo e na reminiscência da experimentação profissional.

Funcionaram como pegadas que nos levaram a mirantes de parada, foram sons compostos de vozes que se enovelaram, foram formas mais orgânicas que adotamos como alternativa aos usuais fragmentos de entrevista usualmente adotados na analítica do campo. Os territórios cartográficos não são lineares, nem cronológicos, nem seus conteúdos teóricos são inéditos, possuem diferentes escalas que se interpenetram e emergem da (re)composição de fluxos de forças e de vibrações, mapeados nas diversas subjetividades que interagiram e que integram a pesquisa.

Esses fluxos não falam de uma, mas de muitas, e não são permanentes, dada a efemeridade dos encontros. Forças que se expressam em instantes que desestabilizam as linhas originais que provocam mudanças e são novamente capturados e organizados em outras nomeações de campos de efeitos macro e micropoliticamente experimentados no processo de

uma pesquisa cartográfica. E neste ponto, vale destacar que o rigor metodológico da cartografia requer cuidados especiais quanto à dimensão do registro da pesquisa. Como apontam Barros e Passos (2009) “o trabalho da pesquisa deve ser sempre acompanhado pelo registro não só daquilo que é pesquisado quanto do processo mesmo do pesquisar” (p. 172).

Assim, o diário de bordo, largamente utilizado nas pesquisas cartográficas, mais do que uma ferramenta de registro é um dispositivo analítico da cartografia. A escrita em formato diarístico, quase confessional, permite ao pesquisador cartógrafo analisar sua implicação visto que, à medida que escolhe o que e como narrar, o faz de forma política. Assim, construindo o que Barros e Passos (2009) nomeiam de política da narratividade “o conhecimento que exprimimos acerca de nós mesmos e do mundo não é apenas um problema teórico, mas um problema político” (p. 51).

É uma escrita permeada da constante provisoriedade das certezas que o encontro do pesquisador com o campo de pesquisa produz. Essa provisoriedade foi sentida de forma visceral nessa pesquisa, uma vez que, a cada contato com o campo, a desestabilização provocada no nosso corpo-pesquisadora também se refletia na nossa escrita. Sendo que essa interferência foi um dos maiores desafios enfrentados no processo cartográfico.

Escrever não é tarefa simples – e não nos referimos aqui as regras gramaticais e do rigor dos textos acadêmicos que prezam pela norma excessiva. Mas, sobretudo, ao ato político e de resistência micropolítica da parte de quem escreve. E sabemos que, como tal, o texto pode ter diversas interpretações e efeitos. Por isso, mesmo a tarefa de escolher o que dizer, como dizer, que palavras usar, com quem conversar ou não, o que grita e o que silencia sempre nos acompanhou. Uma escrita na fronteira entre teoria e prática, na fronteira entre o eu, o nós e o eles; uma escrita na fronteira entre a abstração do conceito e a concretude do mesmo em ação; uma escrita vendável que se *nega a ir por ali*.

Considerações Finais

Compreender a complexidade dos problemas vivenciados por uma política pública em interlocução teórica com a esquizoanálise foi uma tarefa difícil e ousada. Visto que a construção da pesquisa brevemente relatada aqui não partiu inicialmente da esquizoanálise, mas da inquietação de um campo de experimentação como trabalhadora, docente e pesquisadora da e na política de Assistência Social. Ao nos encontrarmos com esse campo conceitual, o tomamos como ferramenta analítica, ética, estética e política percorrendo os dispositivos de saber-poder das instituições que (re)produzem e interferem nos processos de subjetivação dos usuários da política de assistência social.

Especificamente neste caso, por ser uma *praticien-chercheur*, os circuitos de saber/poder institucionais acabavam por operar com cores e luzes próprias, fazendo questionar nossa capacidade de analisar criticamente as instituições nas quais fazemos parte. Ainda que Foucault (1999) aponte que o biopoder se exerça de forma anônima e se emaranha nas instituições fazendo se apresentar por meio de dispositivos sofisticados de operação, em uma pesquisa cartográfica ele não é anônimo. E, portanto, é preciso fazer uma escolha ética, estética e política de como o nosso corpo vai reagir ante ao exercício do biopoder que somos convocadas a exercer. Como usar o corpo institucional de trabalhadora e pesquisadora para operar poder potência e não poder opressão?

Assim, conforme apontado por Romagnoli (2014), não é possível desconsiderar e escapar da análise da implicação, visto que “o pesquisador ocupa um lugar privilegiado para analisar as relações de poder, inclusive as que o perpassam” (p. 46). Foi preciso operar com uma metodologia capaz de dar passagem a endurecimentos e a aberturas presentes na complexidade do que nos propusemos a estudar, em ressonâncias com a nossa subjetividade,

cartografando as linhas duras, as linhas de fuga, os dispositivos que colocam o saber-poder em funcionamento no rizoma da assistência social.

Assim, portanto, a cartografia como companheira de percursos se mostrou como uma escolha assertiva. Nesse processo, o nosso corpo pesquisador pode reagir ante ao exercício do biopoder que se é convocado a exercer no cotidiano das pesquisas acadêmicas que são fortemente orientadas por uma perspectiva positivista e eurocentrada de conhecimento. Perspectiva ainda dominante e que tem cada vez mais se colocado como útil para a manutenção do sistema capitalista.

Questionar como produzir o novo no campo metodológico cartográfico ao invés de reproduzir foi uma questão que nos acompanhou nessa experimentação cartográfica aqui compartilhada. Não é porque operamos com uma metodologia e com referencial teórico que preza pela conectividade e invenção que não estamos sujeitos às linhas duras e às armadilhas de reprodução acadêmica desse próprio método. De fato, todo processo de pesquisa é composto por represamentos e endurecimentos, mas também por possibilidades e conexões e, acreditamos ser necessário produzir conhecimento entre estes tensionamentos, escapando de leituras reducionistas e mantendo a complexidade e processualidade da realidade.

Referências

- Abrahão, A. L., Merhy, E. E., Gomes, M. P. C., Tallemberg, C., Chagas, M. S., Rocha, M., Santos, N. L. P., Silva, E., & Vianna, L. (2013). O Pesquisador in-mundo e o processo de produção de outras formas de investigação em saúde. *Lugar comum*, 39, 133–144. <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/50836/27579>
- Abrahão, A. L., & Merhy, E. E. (2014). Formação em saúde e micropolítica: Sobre conceitos-ferramentas na prática de ensinar. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 18(49), 313–324. <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0166>
- Barros, R. B., & Passos, E. (2009). Diário de bordo de uma viagem-intervenção. In E. Passos, V. Kastrup, & L. Escóssia (Orgs.), *Pistas do Método da Cartografia* (pp. 172–200). Editora Sulina de Porto Alegre.
- Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016. (2016). *Altera o ato das disposições constitucionais transitórias, para instituir o novo regime fiscal, e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm
- Cardoso, M. L. M. (2020). *Família e Brasis: uma cartografia socioafetiva* [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da PUC Minas. https://bib.pucminas.br/teses/Psicologia_MariaLuizaMarquesCardoso_8822_Textocompleto.pdf
- Cardoso, M. L. M., & Romagnoli, R. C. (2019). Contribuições da cartografia para a produção de uma ciência nômade. *Polis e Psique*, 9(3), 6–25. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2019000300002

- Coimbra, M. C. B., & Nascimento, M. L. (2008). Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In A. R. R. Geisler, A. L. Abrahão, & M. C. B. Coimbra (Orgs.), *Subjetividades, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos em saúde* (pp. 143–153). EdUFF. <https://philarchive.org/archive/VALPAI>
- Deleuze, G. (2019). *Cursos sobre Spinoza (Vincennes, 1978-1981)*. EdUece. <https://www.uece.br/eduece/wp-content/uploads/sites/88/2023/08/Cursos-sobre-Spinoza-Vincennes-1978-1981-Gilles-deleuze.pdf>
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). Introdução: Rizoma. In G. Deleuze & F. Guattari, *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia* (Vol. 1, pp. 11–37). Editora 34.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1996). Micropolítica e segmentaridade. In G. Deleuze & F. Guattari, *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia* (Vol.3, pp. 83–115). Editora 34.
- Fadul, F. M. (2022). As famílias e suas vozes: o que querem as famílias da assistência social [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da PUC Minas. bib.pucminas.br/teses/Psicologia_FabianaMeijonFadul_29625_Textocompleto.pdf
- Foucault, M. (1999). Aula de 17 de março de 1976. In M. Foucault, *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)* (pp. 285–319). Martins Fontes.
- Kastrup, V. (2009). O Funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 32–51. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000100003>
- Kastrup, V., & Passos, E. (2013). Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal: Revista de Psicologia*, 25(2), 263–280. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000200004>
- Lemos, A. H. C., Barbosa, A. O., & Monzato, P. P. (2021). Mulheres em home office durante a Pandemia da Covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. *Revista de*

- Administração de Empresas*, 60(6), 388–399. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020200603>
- Liberman, F., & Lima, E. M. F. A. (2015). Um corpo de cartógrafo. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 19(52), 183–194. <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0284>
- Lourau, R. (2004). Objeto e método da análise institucional. In S. Altoé (Org.), *René Lourau: Analista Institucional em Tempo Integral* (pp. 66–86). Hucitec.
- Merhy, E. E., Gomes, M. P. C., Silva, E., Santos, M. F. L., Cruz, K. T., & Franco, T. B. (2017). Redes vivas: Multiplicidades girando as existências, sinais da rua. Implicações para a produção do cuidado e a produção do conhecimento em saúde. In E. E. Merhy, R. S. Baudy, C. T. Seixas, D. E. S. Almeida, & H. Slomp Júnior (Orgs.), *Avaliação Compartilhada do Cuidado em Saúde: Surpreendendo o Instituído nas Redes* (Vol. 1, pp. 31-42). Hexis. <https://editora.redeunida.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Livro-Políticas-e-Cuidados-em-Saude-Livro-1-%E2%80%93-Avaliacao-Compartilhada-do-Cuidado-em-Saude-Surpreendendo-o-Instituido-nas-Redes.pdf>
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento-pesquisa qualitativa em saúde* (14. Ed.). Hucitec.
- Moreira, L. E., Alves, J. S. Oliveira R. G., & Natividade, C. (2020). Mulheres em tempos de pandemia: Um ensaio teórico-político sobre a casa e a guerra. *Psicologia & Sociedade*, 32, 1–19. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240246>
- Penido, C. M. F. (2015). A Análise da implicação como dispositivo de transformação do processo de trabalho. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 8(2), 248–257. <https://doi.org/10.1590/1518-8345.3114.3189>

- Penido, C. M. F. (2020). Trabalhador-pesquisador: Análise da implicação como resistência ao distanciamento do objeto. *Psicologia em Revista*, 26(1), 380–396. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p369-385>
- Prado, K. Fo., & Teti, M. M. (2013). A Cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbarói*, 38, 45–49. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100004
- Rolnik, S. (2006). Geopolítica da cafetinagem. *Ide: Psicanálise e Cultura*, 29(43), 123–129. <https://www.bivipsi.org/wp-content/uploads/2006-sbpsp-ide-v29-n43-17.pdf>
- Romagnoli, R. C. (2009). A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicologia & Sociedade*, 21(2), 166–173. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000200003>
- Romagnoli, R. C. (2014). O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 44–52. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100006>
- Romagnoli R. C. (2019). Sobre a (im) possibilidade de dar voz aos usuários das políticas públicas: reflexões a partir da prática intersetorial. *Educação em Perspectiva*, 10, e0190002. [10.22294/eduper/ppge/ufv.v10i0.7130](https://doi.org/10.22294/eduper/ppge/ufv.v10i0.7130)
- Santos, A. P. (2019). “O Inimigo sempre volta”: Reflexões sobre a construção da implicação dos trabalhadores com a política de assistência social [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais]. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7651605

Souza, D. O. (2020). As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. *Trabalho, Educação & Saúde*, 19, 1–15. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00311>